

DE LABIRINTOS E BIFURCAÇÕES:

Uma proposta de análise para o urbano do presente

Felipe Taumaturgo

Rodrigues de Azevedo

Doutorando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo é uma possibilidade de imaginar outras caracterizações para a teoria urbana do período atual na intenção de aproximar a dimensão do cotidiano, a produção do espaço e as teorias da ação enquanto emaranhado teórico profícuo para a compreensão da vida urbana. Na construção, iluminei o par analítico “labirintos-bifurcações” enquanto principal proposta para a temática, compreendendo a importância de se reconhecer que os dois eixos se complementam e estão em constante movimento, inquietação imprescindível para a materialização da abordagem. A ideia é perceber que mesmo a cidade do período atual, produzida de maneira aprisionante e labiríntica, esconde importantes maneiras para sua fuga, bifurcações proeminentes no formado de atitudes plásticas e características de grupos que experimentam um cotidiano urbano de escassez e clausura.

Palavras-chave: Cotidiano, Produção do Espaço, Táticas.

OF LABYRINTHS AND BIFURCATIONS: A PROPOSAL OF ANALYSIS FOR THE URBAN OF THE PRESENT

Abstract

This article is a possibility to imagine other characterizations for the urban theory of the current period in the intention to approximate the dimension of everyday life, the production of space and the theories of action as a useful theoretical tangle for the understanding of urban life. In the construction, I illuminated the analytical pair "labyrinth-bifurcations" as the main proposal for the theme, understanding the importance of recognizing that the two axes complement each other and are in constant movement, an essential concern for the materialization of the approach. The idea is to realize that even the city of the current period, produced in a labyrinthine and imprisoned way, hides important ways to escape, prominent bifurcations in the formation of plastic attitudes and characteristics of groups that experience an urban daily life of scarcity and enclosure.

Keywords: Everyday Life, Production of Space, Tactics.

ⁱ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, 225
Gávea – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 22451-900

Endereço eletrônico:

felipetaumaturgo2@hotmail.com

Introdução

“Desperto eu, homem, em um mundo onde as palavras se enfeitam de silêncio, em um mundo onde o outro endurece interminavelmente.”
Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, p. 189

Este artigo¹ é uma narrativa do cotidiano. Em sentidos de chegada e partida. Para ser mais exato, aqui se escreve sobre o cotidiano às vicissitudes da vida metropolitana. Isso se dá porque, em uma primeira aproximação, a heterogeneidade da cotidianidade e sua propensão abertamente contraditória parecem mecanismos teóricos promissores para uma leitura preocupada com os grupos sociais afetados pelos embaraços do urbano atual.

No cerne da dimensão do cotidiano escolhi me inspirar no escritor argentino Jorge Luís Borges para imaginar a importância de se compreender a metrópole do período atual enquanto conformidade labiríntica e bifurcada, amparada por lógicas de aprisionamentos e necessidades de fuga. Essa noção, associada à perspectiva do cotidiano imbricado à produção do espaço urbano se configuram enquanto mediações fundantes do trabalho.

O artigo está dividido em três partes principais: em uma primeira aproximação busco apresentar o par analítico labirintos-bifurcações enquanto possibilidade de compreensão da vida urbana intermediada por uma leitura contraditória e em movimento do espaço urbano no período atual, reconhecendo a importância de se perceber essa dualidade no campo da própria produção teórica sobre o tema; em um segundo momento resguardo algumas reflexões às possibilidades que envolvem o processo consolidação considero a produção do espaço de uma metrópole labiríntica; na última parte me debruço sobre as possibilidades de fuga no formato de bifurcações enquanto uma rica possibilidade de compreensão e leitura da cidade.

¹ O presente texto é uma pequena discussão a partir das ideias de minha dissertação de mestrado, intitulada “Entre labirintos e bifurcações: escombros, cartografias e a produção do espaço na Área Central do Rio de Janeiro”.

Dos labirintos-bifurcações

Como o caminho analítico é feito desde uma leitura que preserva o potencial construtivo da contradição, parte-se de um pressuposto que situa a dimensão da vida de todo dia enquanto circunstância atenuante para a dominação e a alienação, mas também terreno favorável para a criação de instrumentos de subversão e insurgência na cidade. Caminhos opostos, mas estreitos, que em linhas borgeanas se entrecruzam e se bifurcam quase que na mesma intensidade.

Tenho os labirintos e as bifurcações como diálogo incessante e em eterno movimento. Sem analisar a articulação desses eixos e sem pensá-los de maneira conectada, a construção de minhas ideias não seria possível. No caso, é preciso edificar uma análise que consiga esbarrar na congruência e na riqueza espalhada por eles. Tanto os labirintos quanto as bifurcações são sinalizações de um cotidiano radicalmente contraditório, já que se preservam como caracterizações de toda a proeminência da vida de todo dia, que tanto pode ser instrumentalizada como enclausuramento, ao lado do labiríntico, quanto de operações mais próximas do reino da emancipação, o que viabilizaria uma realidade bifurcada.

Imaginar o cotidiano enquanto pano de fundo para o par teórico *labirintos-bifurcações* emerge como traço essencial para a estruturação dos raciocínios que se inscrevem por aqui, sobretudo porque, por sua dimensão intuitivamente ambígua, o cotidiano pode se configurar, antes de mais nada, enquanto um impulso de método, já que o morar é uma necessidade diária e totalmente imbricada à natureza social. Em diálogo com Heller (2014, p. 32), proponho que é no morar que a “manipulação das relações sociais” pode ser percebida pelo indivíduo e sua apreensão pelo âmbito da cotidianidade se materializa radicalmente. A disposição da vida cotidiana se dá pela “organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 2014, p. 32), portanto, fica perceptível que alguns desses itens estão integralmente imbricados ao espaço da casa.

Essa percepção, que aqui exponho como matriz dialética, tem suas partes condicionadas e complementares às totalidades das outras. Para cada labirinto

existirá uma bifurcação. Esse par se espalha por toda a discussão pretendida e esbarra em alguns planos principais, com uma construção mais amparada por uma realidade prática, construída pela vivência cotidiana, onde os argumentos vão ao encontro da busca infinda por desvios da condição insuportável da vida na cidade; mas também por meio de caracterizações aproximadas a um ramo mais teórico, voltado para a crítica a matizes muitas vezes negligenciados pela teoria urbana.

A escolha pelo labiríntico desvela as peculiaridades de uma análise que não quer perder o cunho filosófico para engendrar alternativas de enfoque aos estudos urbanos, ao passo que também não deseja deixar o vigor teórico. Metaforicamente, conchamar o conteúdo de clausura presente no tecido da cidade parece ideal para toda a complexidade que acompanha a vida urbana do período atual.

Mergulhada nos projetos da razão neoliberal, invadida pela concorrência descontrolada e pela mercadificação das relações sociais (FERREIRA, 2019), a cotidianidade surge como próspera condição para a perenização da diferença no espaço urbano. O que não ocorre sem objeções. Ao passo que a vida urbana se clarifica como meio e circunstância para assimetrias, também transparece enquanto acúmulo substancial de esperanças no formato de insurgência. No caso, construir alternativas, caminhos, bifurcações para sair do labirinto.

Labirintos

Caracterizar postulações que evidenciem um modelo labiríntico para a cidade perpassa pela elucubração de um emaranhado teórico que consiga associar a riqueza ambígua da dimensão do cotidiano, proposta exposta por meio dos escritos de Heller (2014). Mais do que considerar quais as consequências espaciais das modificações da vida urbana do presente, parece importante reconhecer os processos atuais da cidade em consonância à emergência de outras considerações teóricas mais próximas dos fenômenos característicos da nova conformação da metrópole.

Soa importante questionar quais as especificidades da cidade que a tornam labiríntica, mas também se faz necessário indicar a proeminência dos debates urbanos como grande consolidação da reprodução das relações sociais no presente em meio ao protagonismo do processo de metropolização do espaço, que, como

indicado por Lencioni (2013), se configura como uma verdadeira metamorfose da cidade, principalmente em um momento histórico que apresenta o fenômeno da globalização como sua parte constitutiva. A análise ainda permite alcançar certas pontuações que envolvam a narrativa metropolitana enquanto constituição de uma apropriação colonial da cidade, seja em sentidos discursivos, ao lembrar que a metrópole era a centralidade do pacto colonial, ou propriamente da dominação do contexto urbano como forma do labirinto, que na análise se aproxima dos marcos de uma administração racista do espaço urbano.

O interesse disposto a dimensionar a concepção da metropolização do espaço como grande possibilidade de entendimento da cidade do presente se associa à ideia de metrópole que auxilia os debates propostos ao longo do texto, sobretudo a noção de que a centralidade metropolitana se configura como matriz do aparato político-administrativo do colonialismo, que tem na época atual a colonialidade como espectro fundamental (esse também presente na produção do espaço urbano). Além de identificar formas e exemplos da constituição colonial da metrópole atual, parece essencial identificar, no cerne dos conceitos de metrópole e metropolização, elementos pertinentes para a intensificação dos argumentos expostos, reconhecendo que essa condição também se solidifica como partes do labiríntico metropolitano.

Uma análise que pode parecer distante da discussão, mas que busco encontrar inspirações teóricas e metodológicas é a interpretação de Fanon (2008). Tanto no que se refere à linguagem, quanto às implicações do que o autor conclama enquanto condição patológica da colonização, a inscrição da metrópole como centralidade emerge enquanto dimensão fundante de consequências incisivas no cotidiano das populações que viviam sob a sombra da condição metropolitana do pacto colonial. O texto é uma referência importante, porque demonstra, à luz dos apontamentos da busca da liberdade por meio da descolonização, maneiras de lidar com o espírito dominante do aparato colonial, esse também labiríntico.

O grande estímulo oriundo da obra de Fanon (2008), que se encontra a discussão acerca da metrópole, surge em seus argumentos dispostos a contrapor a concepção de que, no contexto do cotidiano de um negro da Martinica (território

ultramarino francês localizado na América Central Insular), para que seu ciclo de vida se tornasse completo, haveria a necessidade de ir à França. É essa relação de interdependência, quase abusiva, que aponto como disponibilidade teórica para avançar nas discussões da vida metropolitana, sobretudo em seu espectro dominante. O negro que retorna à Martinica depois de um período na França fala diferente, se relaciona com o mundo de uma outra maneira, transforma sua condição dentro da própria subalternidade. “O negro que conhece a metrópole é um semi-deus” (FANON, 2008, p. 35).

O negro que entra na França muda porque, para ele, a metrópole representa o tabernáculo; muda não apenas porque de lá vieram Montesquieu, Rousseau e Voltaire, mas porque é de lá que vêm os médicos, os chefes administrativos, os inúmeros pequenos potentados. (...) Existe uma espécie de enfeitiçamento à distância, e aquele que parte por uma semana com destino à metrópole cria em torno de si um círculo mágico onde as palavras Paris, Marselha, La Sorbonne, Pigalle, são pedras fundamentais (FANON, 2008, p. 36).

É essa realidade, capaz de discernir homens e mulheres por mera localização no mundo, que me chama atenção como potencialidade do bojo da metrópole para o tempo presente. Os escritos de Fanon (2008) remetem ao início do século XX, mas que ainda podem servir enquanto potentes mecanismos de articulação para a consolidação do espírito da vida metropolitana como impulso de transformação da vida cotidiana. Parece considerável ratificar que essa concepção, declaradamente em contextos diferentes, aqui só se preserva mediante inspiração, mesmo que para isso sejam feitos alguns esforços, inclusive nessa relação com a compreensão de diferentes espacialidades e temporalidades.

Essa caracterização, ainda no ramo das transformações provindas da metrópole em contextos mais próximos do *modus vivendi*, não parece dar conta dessa discussão em toda a sua amplitude. São importantes, obviamente, mas outros elementos precisam ser acrescidos para contornar a argumentação de maneira consistente. Parece evidente que a realidade urbana do presente, construída no bojo da metropolização do espaço, se classifica perfeitamente no que, amparado por Hiernaux (2006), chamo labiríntico. Tendo isso, faz sentido cunhar outras possibi-

lidades de leitura dessa condição atual da vida metropolitana, desde sua conformação até a própria indicação de narrativas possíveis para subverter esses ordenamentos na cidade.

Ferreira (2019), constrói um arcabouço teórico interessante para a discussão ao se apoiar na tríade “materialização, substrução e projeção” e direciona essa compreensão à produção do espaço, uma leitura que se torna possivelmente associável aos escritos de Hiernaux (2006). A materialização, primeira parte da tríade, se aproxima do que pode ser capturado pelos sentidos, uma posição que se risca pelo percebido, mas que não existe sem um fundamento anterior. Esse substrato, pano de fundo da materialização, se preserva como alicerce para a realização dos fenômenos urbanos, essência que o autor conclama substrução, e por fim apresenta a projeção, eixo que se relaciona ao que é projetável, idealizado para o futuro, sem esquecer as estruturas de poder presentes nesses projetos. Essas três dimensões se encontram em permanente movimento e conformam processos que não se esgotam em apenas uma parte da tríade.

A materialização conserva o que há de mais escorregadio em qualquer tentativa de compreensão da vida cotidiana no espaço urbano, já que se relaciona ao espaço produzido. A partir dessa leitura é possível “complexificar” a perspectiva metodológica e analisar a estrutura atual das relações sociais que estão em constantes tensões na cidade e que promovem, por exemplo, o espraiamento dessa realidade a diferentes escalas. É nesse momento que se torna possível perceber quais os limites da apropriação e produção do espaço urbano por determinados grupos sociais e o que demarca esse sentido finito de apropriação, fato que parece estar totalmente relacionado às intencionalidades e ao poder de dominação exercido por grupos sociais. Ao retornar à metáfora, aqui se captura a fisionomia, uma parte da forma do labirinto.

A materialização nos permite, a partir do momento atual, observar, descrever e analisar as formas, o espaço produzido. Aqui importa também estarmos atentos para o fato de que a produção simbólica se encontra ligada à produção da vida material e às relações de produção. O uso do espaço, a vida que se dá no âmbito do lugar, as tensões entre apropriação e dominação, tudo isso também se encontra nessa dimensão analítica (FERREIRA, 2019, p. 39).

Mas o que dá sustentação à forma do labirinto? É preciso refletir sobre o que o ampara, sobre o que está escondido nos seus próprios caminhos. É nesse bojo que a substrução ganha luminosidade nas reflexões propostas por Ferreira (2019). Se na materialização o que está ao alcance dos olhos é colocado à centralidade, na substrução se deve preocupar com o que não pode estar exatamente exposto aos sentidos. Essa dimensão se caracteriza por uma investigação contínua do que está por trás, uma busca pelo cerne estrutural do estado atual das coisas.

Na substrução as representações ganham importância ainda maior. Os jogos de poder, as associações espúrias entre o público e o privado, as forças ocultas e os projetos de poder incutidos nesse processo. Essa dimensão deixa explícita as condições de usurpação que o capital financeiro e imobiliário se apoia para promover seus interesses na cidade e expõe as relações sociais desiguais que permeiam o espaço urbano carioca. A nível de exemplo, se penso no favorecimento de uma certa construtora para a vitória em uma licitação visando a realização de boa parte das obras de “revitalização” da Zona Portuária do Rio de Janeiro, e se fosse analisado as quantias de dinheiro que essa mesma empresa doa como financiamento de campanha eleitoral para os grupos políticos que viabilizaram sua vantagem licitatória, se estaria dialogando com essa parte da tríade.

Na metrópole labiríntica é impensável acreditar que sua produção se apoie em condições palpáveis ao toque de sujeitos subalternos. A substrução seria uma maneira de buscar o que está interdito, distante do alcance, mas que necessariamente deve vir à tona. Procura apresentar indícios de transformação do que era impensável para uma realidade possível, viabilizada por meio de projetos.

Daqui para frente se aponta a projeção, dimensão preocupada com a criação de contingências futuras, mas tendo o retorno ao passado e a valorização do presente como perspectivas analíticas fundamentais. Segundo Ferreira (2019), na projeção não se pode levar em consideração apenas os projetos revolucionários dos movimentos sociais urbanos, qualificando o espaço mediante apropriação. Estes devem ser colocados em contraposição às ações da razão instrumental, essa que projeta uma produção do espaço alienadora e distante da garantia de direitos para os grupos sociais excluídos.

A partir da projeção encontro elementos cruciais para desenrolar os argumentos que almejo. Parto da premissa de que a metrópole do tempo presente se caracteriza enquanto um espaço fugaz e fortuito, mas principalmente labiríntico, a partir da materialização dos fenômenos que animam a vida urbana (esses amparados por um substrato que preserva os jogos escusos de poder e nos esclarecem quais as causas para essa configuração atual, mas também apontam projetos futuros, revolucionários ou não, de transformação ou manutenção do arranjo contemporâneo). São os projetos que me seduzem como base conceitual para os rumos dessa discussão. Ainda que na abordagem de Ferreira (2019) se reconheça a projeção como um campo de forças em que os projetos futuros são contrapostos, o interesse se debruça, principalmente, nos projetos revolucionários. Mas não falo dos moldes das grandes revoluções do século XX. Aqui se escreve sobre uma revolução que não abandona a escala do gesto, o detalhe, a microconjuntura, (RIBEIRO, 2013). O projeto revolucionário do tempo presente deve estar amarrado à novas práticas revolucionárias, à valorização da ação minúscula e espontânea, mas também a transformações efetivas no que diz respeito à produção do conhecimento e ao reconhecimento de uma perspectiva verdadeiramente democrática para a cidade.

Bifurcações

As bifurcações, aqui, estarão próximas de uma prerrogativa preocupada com os processos espaciais incutidos na procura incessante por outras possibilidades de imaginar a metrópole, desde raciocínios provenientes dos movimentos sociais ou até mesmo por sujeitos não organizados que demandam do espaço metropolitano para a reprodução da vida. Tendo isso, no cerne de um cotidiano “bifurcado”, cabe potencializar outras leituras no que se refere à produção do conhecimento, à valorização de saberes populares e do senso comum, seja a partir do enaltecimento dessas práticas ou no possível desencobrimento de grupos sociais historicamente negligenciados nas escolhas dos projetos de desenvolvimento urbano, mas também na geopolítica do conhecimento, essa que pode ser percebida em diferentes escalas de tempo e espaço.

A primeira questão a ser apontada responde à realidade insuportável no âmbito da cotidianidade enunciada por Heller (2014), essa condicionada à realização de

ações que se especializam pela cidade. Nos argumentos, sob o bojo da dimensão histórica e espacial do cotidiano, Santos (1996) chama atenção para a possibilidade de operacionalização do agir na cotidianidade mediante três ordens: a forma técnica, a jurídica e a ordem do simbólico. Os dois primeiros arranjos são forjados quase que de maneira naturalizada no período atual, ambos mais próximos da racionalização de uma vida cotidiana acelerada e flexível, mas o terceiro não. É na ordem do simbólico que o lugar comprova sua potência enquanto terreno que favorece o entusiasmo do agir. Um agir simbólico, nesse caso inebriado de afetividade, de vontade de mudar o estado atual das coisas. Não só de maneira universal, genérica e socialmente engajada, mas principalmente da transformação de sua realidade individual ~repleta~ de ausência.

O real é uma convenção complexa de necessidades e são elas que motivam essas ações e concedem seu significado. Segundo Santos (1996), essas necessidades podem ser naturais ou produzidas, se caracterizando pelas mais diversas formas. Nesse enfoque, uma delas se destaca, que é a necessidade econômica.

A noção do agir simbólico, presente na matriz do cotidiano para Santos (1996), me parece uma associação inevitável às alternativas encontradas para burlar o relevo indigesto percebido no caos metropolitano. Por isso, se compreende a saída do labirinto como todo e qualquer movimento realizado por um grupo ou sujeito social para se livrar de uma realidade insuportável, o que para além de qualquer caráter político, tem mais a ver com as próprias condições de sobrevivência na cidade. Nesse momento, o movimento que destaco não precisa ser necessariamente um movimento social, tampouco significar alguma organização coletiva (ainda que as duas coisas não se excluam) para sua realização. Um simples desvio dos caminhos misteriosos da cidade já pode expressar notáveis alternativas para se repensar outros olhares para o urbano.

Um bom exemplo parece o relato de alguns moradores da Quilombo das Guerreiras, quando diziam que no momento da ocupação do prédio pelas famílias, uma das primeiras ações do grupo foi desviar alguns encanamentos e construir “gambiaras” para produzir “gatos” de luz, a fim de levar água e eletricidade para o local. A postura reativa dos mais pobres, no mergulho às territorialidades mais ínfimas, tem

sua raiz nas fendas dessa ordem simbólica do cotidiano, como vislumbrada por Santos (1996, p. 82) e sua “Geografia da ação”.

(...) a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma. A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições.

Uma Geografia da ação, como a própria semântica indica, tem seu nascituro relativo a alguma condição espacial. No caso, uma conjuntura que se segmenta materializada no lugar e acredita em suas potencialidades para o retorno à ação. Essa relação pode significar tanto a procura por ferramentas dispostas pelo espaço ou simplesmente reconhecer a espacialidade como estrutura para a criação de alternativas. Em minha leitura, a “força do lugar”, como indicada por Santos (1996), parece a principal energia dos homens e mulheres mais pobres da cidade. A partir da perspicácia experimentada pela existência em um cotidiano urbano caracterizado pela clausura, como propõe Ribeiro (2005; 2013), é no estar junto, no “fazer-com” e a partir da costura dos “gestos-fio”, que as relações sociais se reproduzem em uma lógica oposta ao espaço labiríntico.

O debate esbarra em Certeau (2014), quando o autor propõe a construção de uma história do que é pequeno, do gesto quase invisível, da ação que é silenciosa a alguns ouvidos, mas extremamente pujante para quem a realiza e está disposto a reconhecê-la. Sua preocupação é com uma compreensão verdadeiramente consistente sobre a cultura ordinária, e para isso valoriza o banal como recurso de método. Escolha que pode parecer estranha aos marcos da teoria social que se perpetuou principalmente no século XX (período de vida do autor), mas se for feita uma rápida busca em um dicionário sinonímico, será perceptível a inclinação do ordinário ao comum, à simplicidade, aos aspectos costumeiros da vida cotidiana.

Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável. Invocando, no limiar de meus relatos, o ausente que lhes dá princípio e necessidade, interrogo-me sobre o desejo cujo objeto impossível ele representa. A este oráculo que se confunde com o rumor da história, o que é que pedimos para nos fazer crer ou autorizar-nos

a dizer quando lhe dedicamos a escrita que outrora se oferecia em homenagem aos deuses ou às musas inspiradoras? (CERTEAU, 2014, p. 55).

Fala-se da construção do monarca da banalidade, mas longe dos termos maquiavélicos. Diferentemente dos reis europeus, este despotismo não é esclarecido. A majestade não possui castelos e palácios, muito menos belos jardins ou baile de máscaras. Na maioria das vezes esse rei não possui nome, nem lugar. Se o que se busca é uma interpretação ordinária da realidade (CERTEAU, 2014), não se pode enaltecer a saga de um herói comum e lhe reivindicar uma mera nomenclatura ou lhe atribuir um sítio. É a ação desse herói que será valorizada aqui. Os homens e mulheres imersos em uma cultura ordinária podem ser os sujeitos revolucionários do tempo presente. Esse sujeito, inebriado pela repetitividade e pelo cansaço cotidiano, tem noção verdadeira de onde o “calo aperta” e quais são as táticas necessárias para atenuar os efeitos da sua realidade insuportável. O fato torna a “sagacidade” e a “malandragem” importantes instrumentos para a realização da sobrevivência desse indivíduo no espaço urbano.

Quando ordinários, esses homens e mulheres são táticos, nunca estratégicos. Na leitura de Certeau (2014), as estratégias estão muito mais próximas de uma racionalidade que distancia o querer do poder, o campo da cidade, os clientes dos concorrentes. Diferenciação que procura estipular uma caracterização própria aos interesses do que o autor chama de “lugar”, mas que denota a exterioridade e impossibilidade de apropriação desse lugar pelo Outro. A estratégia simboliza a reafirmação de um lugar “próprio” para si, inapropriado à existência do outro.

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico (CERTEAU, 2014, p. 45).

Enquanto isso, as táticas se demonstram naturalmente opostas às estratégias. Se o lugar estratégico revela um bloqueio à exterioridade, à impossibilidade de ocupação pelo diferente, as táticas também precisam de um lugar próprio para sua realização. Como não existe um lugar próprio às táticas, elas se cumprem no lugar próprio das estratégias. Na casa do adversário, no quintal do vizinho que envenena os gatos. Se

antes uma apropriação impossível, agora uma apropriação necessária. Dentro do território inimigo o sujeito tático precisa ser esguio e instintivo, aproveitar cada oportunidade, esperar o inesperado, fazer valer o sentido de uma cidade que, se labiríntica, também é fortuita e bifurcada.

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 2014, p. 95).

Já que se sabe que a tática é astúcia, é a “arte do fraco²” (CERTEAU, 2014, p. 95), é imprescindível fazer um esforço para torná-la o mais próximo possível do real. Uma busca pela realidade para retornar à teoria. Quando falo de táticas, penso principalmente nas ações de sujeitos que necessitam da esperteza voluntariosa para driblar os percalços da cidade labiríntica. Nessa circunstância, coragem para construir, no território inimigo, a estrutura necessária para a vida.

Em meio à necessidade de maiores esforços por outros matizes teóricos a fim de estabelecer compreensões interessantes para o urbano atual, às vezes em conjecturas um tanto quanto distantes das principais discussões relativas à cidade, uma interpretação extremamente valiosa é a noção de “cidade terreiro”, de Simas (2019). O autor propõe uma leitura impactante para pensar a produção do espaço urbano a partir das práticas de sujeitos comuns da realidade metropolitana, mas mediante uma epistemologia que se matiza a partir das macumbas. É uma perspectiva que se assemelha consideravelmente às pretensões de minha leitura, tanto no sentido da própria discussão, que tem a metrópole como ente indispensável, sobretudo pela valorização de ações miúdas no bojo da cotidianidade, mas também na já enaltecida alternativa teórica que brinca com alicerces pouco prováveis para os estudos urbanos.

A cidade foi construída soterrando cemitérios indígenas. Foi reformada soterrando cemitérios de africanos. O que salvou o Rio minimamente foi a macumba, chamando tupinambás e pretos novos e velhos para viver nas giras

² No caso, entende-se como “fraco” o sujeito que, dentro da lógica hegemônica do capital, é desprovido de poderio financeiro. É claro que na disposição da sobrevivência no espaço urbano, qualquer adjetivação antônima, amparada pela luta cotidiana, faria mais sentido.

da lei, pitando cachimbos e lançando flechas encantadas. A macumba emerge como grande aventura comunitária carioca, de braços dados com o samba. Assim, se risca como uma das mais potentes saídas – corporal, epistêmica, encantada, sofisticada, surpreendente – contra a asfixia do colonialismo e o carrego aqui rogado (SIMAS, 2019, p. 78).

O terreiro é visto pelo autor como “espaços de encantamento do cotidiano” (SIMAS, 2019, p. 75) e essa materialização está para fora das questões religiosas. A cidade terreiro tem a ancestralidade mediada pelas macumbas de todo dia, que na interpretação são ações presentes nos sambas, nas gingas, nos *funks*, no carnaval, no futebol, as quais revelam o encantamento por uma metrópole condicionada indispensavelmente pela relação do espaço com o corpo. “A cidade que nos interessa é aquela que nas frestas e esquinas ritualiza a vida para o encantamento dos cantos e dos corpos” (p. 75), escreve Simas.

Ora, valorizar a riqueza das frestas é basicamente a condição perene do interesse pelas bifurcações. Dentro disso, a percepção sobre a riqueza de possibilidades oriundas de relações corporificadas de homens e mulheres comuns com o espaço da cidade recompõem a concepção de uma metrópole que é labiríntica, mas que demanda bifurcações. A cidade militarizada, violenta e, como já escrito tantas vezes, insuportável, é apenas uma característica em disputa do eterno conflito urbano mediado por diferentes perspectivas de produção do espaço. São dois sentidos de apropriação muito diferentes, mas tão dialeticamente opostos que muitas vezes são quase imperceptíveis e denotam as diferentes territorialidades expostas pelas linhas de Certeau (2014), no que diz respeito à criação de lugares próprios mesmo no lugar de um Outro. Na análise, Simas (2019, p. 78) propõem uma relação de astúcia parecida:

Assim, cabe aos trabalhadores das giras cotidianas que cruzam as esquinas da cidade para inventar formas de sobrevivência exercitar o ver, para além de simplesmente o olhar. Dessa maneira, sentir, fazer e pensar quais mumunhas são necessárias para erguer o encante como fundamento de um mundo novo e de fortalecimento da comunidade.

É preciso reconhecer que além do homem ordinário, personagem protagonista da cidade terreiro, que também é essa metrópole labiríntica, outras possibilidades de

leitura podem se encaixar nessa discussão³. O “homem lento” de Santos (1996), o “sujeito corporificado” de Ribeiro (2013), o “homem simples” de Martins (2008) e o “ser genérico” de Heller (2011) sem dúvidas compartilham dos mesmos dilemas percebidos na interpretação proposta por Certeau (2014). Embora se reconheça os traços semelhantes entre esse complexo de sujeitos, por reconhecer as táticas e os movimentos na cidade enquanto essência fundamental, além de abrir possibilidades de inserções a respeito do tempo, o homem lento recebe maior atenção em meus argumentos.

Com base nas proposições de Braudel a respeito do método historiográfico, Santos (1996) se apoia nos argumentos do historiador francês sobre a distinção entre tempo de “curta duração” e tempo de “longa duração”, a fim de imaginar necessários avanços da perspectiva do tempo na Geografia. Santos sempre demonstrou grande preocupação com a construção de uma ciência geográfica com sensibilidade histórica e que tivesse na dimensão do tempo alguns dos instrumentos indispensáveis para a produção de um enfoque necessariamente mais abrangente em relação ao espaço.

Na interpretação de Santos (1996) sobre as reflexões de Braudel, em linhas bem gerais, o tempo *curto* se aproxima de marcos conjunturais, enquanto o tempo *longo* é demarcado pelas estruturas. O autor destaca que essa leitura ultrapassou as fronteiras da análise histórica e penetrou o campo das ciências sociais de maneira generalizada, inclusive o da Geografia. O que, como em qualquer outra compreensão analítica, requer reavaliações teóricas. Quase sempre promovendo inquietações.

A aflição do geógrafo diz respeito à apropriação completa das observações de Braudel, sem novas ponderações e certa adequação aos eventos síncronos do período atual. Uma necessidade das disciplinas que têm no espaço a sua principal fonte de ferramentas epistemológicas. O que Santos (1996) quer dizer é que, quando se trata de uma análise espacial e são inseridos elementos relativos a eventos concomitantes, simultâneos, a abordagem de Braudel pode se tornar ainda mais rica e adequada às disciplinas territoriais se com ela for expresso outro par teórico: o tempo *rápido* e o tempo *lento*.

³ Esse momento merece uma ponderação que gira em torno da necessidade de rechaçar qualquer tipo de “essencialização” dos sujeitos em diálogo na pesquisa. A discussão proposta é nitidamente insuficiente para o universo de complexidade que reina sob a vida social. O que se pretende é um auxílio teórico que sustente minimamente a condição de vigor que deve estar posta aqui.

Em um período marcado pela perda de força do Estado, pela ascensão exponencial da tecnologia enquanto matéria prima indispensável do bojo industrial e por um protagonismo cada vez maior das empresas, das instituições financeiras e das organizações supranacionais na regulação da vida cotidiana, faz muito sentido pensar a temporalidade pelo caminho da velocidade. Sobre a indissociabilidade entre tempo rápido e tempo lento, Santos (1996, p. 266) declara:

De um lado, o que nós chamamos tempo lento somente o é em relação ao tempo rápido; e vice-versa, tais denominações não sendo absolutas. E essa contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar. Não há, pois, tempos absolutos. E, na verdade, os "tempos intermediários" temperam o rigor das expressões tempo rápido e tempo lento. Mas a vantagem de nossa proposta é a sua objetividade. É certo que o tempo a considerar não é o das máquinas ou instrumentos em si, mas o das ações que animam os objetos técnicos. Mesmo assim, são estes que oferecem as possibilidades e dão os limites.

Os eventos do período atual são simultâneos e coexistentes. Obrigam os questionamentos acerca de quem detém essa aceleração, a partir de quais condições e mecanismos. Ao passo que também denota um inevitável e generoso olhar para a lentidão e a força das suas respostas imediatas a rapidez. Enfoque que prefiro adotar aqui. É preciso valorizar a lentidão e se dedicar a ela. Se na interpretação de Braudel o tempo de curta duração espelha linhas relativas à conjuntura e o tempo longo remete a questões estruturais, reflito a despeito de quais desses marcos poderiam ser reservados ao tempo lento. Chega-se à conclusão de que nem a estrutura e nem a conjuntura. A lentidão preserva indícios de ação que moram no reino da necessidade, resquícios de uma sobrevivência insurgente. Capaz de fazer emergir no cerne da lentidão seu protagonista. Essa brecha é determinante para um retorno à valorização da escala do gesto, ao ato pequeno, sendo esse o raio de ação do homem lento. Em diálogo à leitura dos marcos temporais de Braudel e inspirado nas linhas de Ribeiro (2005), se o foco é o detalhe, o diminuto, compreende-se o tempo lento como traço essencial de uma microconjuntura.

Ribeiro (2001; 2002; 2005; 2006) discute a importância da construção de uma outra episteme para alcançar um reconhecimento conceitual de sujeitos até então invisíveis aos olhares da teoria social. A perspectiva da socióloga parece um elo funda-

mental entre as duas abordagens anteriormente expostas. O homem ordinário de Cer-
teau (2014) e o homem lento de Santos (1996) são sujeitos fundamentais da sociologia
proposta pela autora.

A metrópole labiríntica é o lar do homem lento, habitat natural do homem
ordinário. Mesmo que preterido das principais regalias da cidade, é ela que apresenta
os recursos imprescindíveis para a realização de sua vida. Funciona como o lugar *pró-
prio* da estratégia, determinado por Certeau (2014), que, transformado em lugar *pró-
prio* das táticas pelos golpes sábios do homem ordinário e do homem lento, se torna
solo fértil da “trampolinagem” e da “trapaçaria” criativa que abrem fissuras no cotidi-
ano acelerado da cidade. Acerca dos conceitos de trampolinagem e trapaçaria, Cer-
teau (2014, p.74) assinala:

O que aí se chama sabedoria, define-se como *trampolinagem*, palavra que
um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar
no trampolim, e como *trapaçaria*, astúcia e esperteza no modo de utilizar
ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de *jogar/desfazer*
o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a ativi-
dade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem
desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas.
Tem que “fazer com”.

Enaltecer o “fazer-com” parece uma reafirmação do arcabouço teórico que se
propõe nesse texto. Essa perspectiva associa a ação conjunta com a força do lugar,
valorizando o papel da proximidade, como definido por Santos (1996). Há certa po-
tencialização das relações de cooperação e ajuda mútua entre os sujeitos mais pobres
da cidade. Verdadeira reação imediata às ações verticais do período de pungência da
globalização neoliberal, que descaracteriza não só a figura de um Estado provedor de
direitos sociais, mas que também busca reorganizar ao seu modo a configuração atual
de realização da vida urbana, inclusive a ação dos ativismos urbanos e transeuntes da
cidade. O enaltecimento dessa astúcia corajosa e da riqueza da lentidão indicam que
talvez a solução para a fuga do labirinto possa não estar em sua destruição completa.

Ainda que se concorde que a construção de um outro projeto de cidade seja
urgente, primeiramente é indispensável garantir que alguns sujeitos consigam pelo
menos sobreviver na cidade. Essa sobrevivência pode ser garantida por diferentes tra-
ços táticos. Muitas vezes retroalimentados. Aqui, não se pode enaltecer apenas a cons-

trução de rotas alternativas às capturas do cotidiano, muito menos caracterizar a organização no campo das lutas urbanas mediante filiação a algum movimento social ou algo parecido. É sabido que em ambas as interpretações a reprodução da vida social se permeia por uma vida urbana que indica desde o início os seus limites e consequentemente sua necessária superação. Para isso, é importante articular diferentes escalas, tendo a certeza que a do gesto é uma delas (RIBEIRO, 2005).

A trampolinagem e a trapaçaria podem ser percebidas nos momentos mais espontâneos do cotidiano da cidade labiríntica. Reitero que, em uma primeira aproximação, o que está posto aqui não é um ativismo ou movimento social, mas uma maneira de existir resistindo ou simplesmente de reunir possibilidades de contorno à subalternidade, mesmo que às vezes a partir de ações mais distantes das normas e leis que regem a racionalidade dominante. Dentro da abordagem, os gestos pequenos retornam impetuosos. Saltar no trampolim é um gesto, driblar o marcador também. Para Ribeiro (2005), outros gestos emergem dessa concepção: os *gestos-fio*, amarrações do tecido social que interligam o lugar à solidariedade, conformando a estrutura necessária para a realização da ação social.

Esses gestos só são colocados à investigação por meio de uma ruptura quase que total com o arquétipo de produção do conhecimento que só confia na instrumentalização teórica do que é grande, pertencente às “metanarrativas”. Nada contra refletir a respeito das contradições do sistema econômico e sobre os grandes projetos. Mas por que não se aprofundar também nos valores sociais e de horizontalidade imbricados aos sujeitos que degustam da escassez como prato quente? Por que não repensar o foco da interpretação, reconhecendo a “plenitude do Outro”? (RIBEIRO, 2005, p. 415).

A solidariedade, o amparo e o reconhecimento da existência do Outro são princípios fundamentais da transformação de uma razão instrumental, tecnocrática e vertical, essenciais para a perenização da ordem neoliberal, em possibilidades reais de produção de outra tessitura do social. Essa mais próxima de um urbano realizável e horizontal. Todas as ocasiões representam conjecturas que viabilizam contornos ao cotidiano insuportável e alienado proposto por Heller (2014), dribles nos caminhos

confusos e perigosos da cidade do tempo presente, na intenção de transformar a clausura do labirinto em um espaço mais democrático e acessível.

Considerações finais

Este pequeno ensaio almejou demonstrar a importância de não aderir a uma perspectiva fatalista da vida cotidiana que se interpela pelo urbano. No cerne da produção do espaço da cidade, são perceptíveis os fragmentos de histórias de lutas, construções e reconstruções. Possibilidades que também se reservam no presente e farão parte de projetos futuros.

Parece relevante destacar que esse entendimento não se assenta apenas em uma análise mais propriamente empírica. Reconhecendo que teoria e prática são mediações dialeticamente conectadas, idealizo pequenas introduções de leituras um pouco distantes do que parece canônico às postulações da teoria urbana, como a leitura de Simas (2018) em relação à importância das macumbas da “cidade terceiro”. A construção do autor parece extremamente inspirada pela compreensão das minúcias presentes nas táticas de Certeau (2014), o que significa um diálogo profícuo com as abordagens que adoto, desde Santos (1996) passando por Ribeiro (2001, 2002, 2005, 2013).

Quero ressaltar que na conformação de uma caracterização urbana labiríntica, segmentada pelo bojo problemático de uma produção do espaço apropriada pelos interesses dominantes, existem alternativas pequenas, microconjunturais, da escala do gesto, que também podem ser instrumentalizadas enquanto potenciais elementos para subverter as condições que sobem os muros do labirinto. São caminhos outros, bifurcações que se preservam na prática e na teoria, possibilitando escolhas e projetos, ou se necessário até mesmo saltar ou derrubar o muro labiríntico.

Referências

- AZEVEDO, F. Em busca de sujeitos ordinários: trampolinagem e lentidão na metrópole labiríntica. **História, Natureza e Espaço**, Duque de Caxias, v. 8, n. 1, p.1-25, jan. 2020.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008. 191 p.
- FERREIRA, A. Materialização, substrução e projeção: uma construção teórico-metodológica como contribuição para o desvelar da produção do espaço. **Ateliê Geográfico**, 13(1), 35-43, 2019.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 10ª ed, 2014. p. 31-62.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. IN: FERREIRA et al. (orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 17-34.
- RIBEIRO, A. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR**, p. 33-52, 2001.
- RIBEIRO, A. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismos. **CLACSO**, 2002.
- RIBEIRO, A. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422. 2005.
- RIBEIRO, A. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires: Clacso, p. 147-156, 2009.
- RIBEIRO, A. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Volume 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: tempo e técnica, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SIMAS, L. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019. 112 p.

Recebido em 01 set. 2020;
aceito em 20 set. 2020.